

"Sint ut sunt aut non sint": a extinção da Companhia de Jesus e a intervenção nos Franciscanos da Imaculada



Recebemos de Frei Tiago de São José - a quem agradecemos muito - a tradução de um artigo com uma interessante comparação entre os dois fatos históricos, assinado por Roberto de Mattei - historiador italiano de cuja devoção "pliniana" e apoio à TFP, entretanto, não compartilhamos.

Autor: Roberto de Mattei

Fonte: [Riposte Catholique](#)

Tradução: Frei Tiago de São José

«*Sint ut sunt aut non sint*» (**sejamos como somos, ou não sejamos**) é uma frase que, segundo alguns historiadores foi pronunciada pelo prepósito geral dos jesuítas Lorenzo Ricci, diante da proposta de "reformatar" a Companhia de Jesus, acomodando-a às exigências do mundo. Isso aconteceu na segunda metade do século XVIII e os jesuítas representavam o maior baluarte dentre aqueles que lutavam contra os inimigos externos e internos da Igreja. Os

inimigos externos eram cabeças da “*parti philosophique*” iluminista, enquanto os internos eram introduzidos em correntes heréticas que, sobre o nome de galicanismo, jurisdicionalismo, regalismo, febronianismo, pretendiam entregar a Igreja aos desejos dos Estados absolutos.

Os Jesuítas, fundados por Santo Inácio de Loyola, defendiam com vigor o primado do Romano Pontífice, ao qual eram ligados por um quarto voto de obediência. Os soberanos absolutistas, influenciados pelas ideias iluministas, tinham iniciado um processo de expulsão dos jesuítas de seus reinos, acusando-os de perverter a ordem social. Isto, porém, não bastava. Devia-se transformar a Companhia em seu interior, mas, uma vez que o geral dos Jesuítas se opunha, não restava outra alternativa, senão suprimi-la, e, isto, só um Papa poderia fazê-lo.

A ocasião se apresentou na morte de Clemente XIII, em 2 de fevereiro de 1769. O historiador Ludwig von Pastor, no XVI volume da sua *Storia dei Papi* (tr. it. Desclée, Roma 1943), descreve com riqueza de documentação as manobras que se desenvolveram. Primeiramente, durante e depois do Conclave que, após 3 meses e 179 votações, viu, em 14 de maio, a eleição do franciscano Lorenzo Ganganelli, com o nome de Clemente XIV. O novo Papa foi eleito com a condição de abolir a Companhia de Jesus. Para não colocar por escrito uma promessa formal que pudesse comprovar a simonia, o cardeal Ganganelli firmou este compromisso com os embaixadores da Corte dos Bourbons. O Espírito Santo não deixou de assistir o Conclave, mas a correspondência à graça divina dos cardeais não foi muito adequada já que a escolha deles apontou para um prelado que Pastor define «*ser um homem de um caráter débil e ambicioso que aspirava à tiara*» (op. cit. p. 66).

Em 21 de Julho de 1773, com o Breve *Dominus ac Redemptor*, o papa Clemente XIV suprime a Companhia de Jesus, que nesta época contava com cerca de 23.000 membros em 42 províncias. «*Este Breve do 21 de Julho de 1773 – escreve Pastor – representa a vitória mais manifesta do iluminismo e do absolutismo real sobre a Igreja e sua cabeça*» (p. 223). O padre Lorenzo Ricci, foi encarcerado no Castelo de Santo Angelo, onde morreu em 24 de novembro de 1775. Clemente XIV o precedeu na tumba em 22 de setembro de 1774, um ano depois da dissolução da ordem. A Companhia foi dispersa, mas sobreviveu na Rússia, onde a czarina Catarina II se recusou de dar o *exequatur* ao breve de supressão. Os Jesuítas da Rússia Branca foram acusados de desobediência e rebelião ao Papa, mas asseguraram a continuidade histórica da ordem, enquanto em outras nações, ex-jesuítas promoveram, no espírito inaciano, novas congregações religiosas.

Em 1789 estourou a Revolução francesa e se abriu para a Igreja uma época dramática, que viu a invasão dos jacobinos na cidade de Roma e a deportação dos sucessores de Clemente XIV: Pio VI e Pio VII. A resistência à Revolução foi assegurada neste período, sobretudo por uma associação secreta, a “Amizade cristã”, fundada em Turim pelo ex-jesuíta suíço Nikolaus Albert von Diessbach.

Depois de quarenta anos, finalmente, com a Constituição *Sollicitudo omnium ecclesiarum* de 7 agosto 1814, Pio VII revogou o Breve de 21 de Julho de 1773 e dispôs a completa reconstituição da Companhia de Jesus em todo o mundo, «*Nós nos consideraríamos culpáveis diante de Deus de uma falta gravíssima, se, diante das milhares de presentes agitações que se abatem sobre as coisas públicas, fôssemos negligentes deixando de lado esta segurança de*

salvação (a Companhia de Jesus) que Deus, por uma providência singular, coloca em nossas mãos. Portanto, enquanto a nave de São Pedro é agitada sem cessar pelas ondas, não podemos rejeitar estes remadores fortes e experientes que se oferecem para nos ajudar a conter a força deste mar agitado, que ameaça a todo instante nos engolir em um naufrágio inevitável», escreve o Papa Pio VII. (Segundo a tradução do Pe. de Ravignan, S.J., *Clément XIII et Clément XIV*, Paris, Julien, Lanier et Cie éditeurs, 1854).

Um Papa franciscano, Clemente XIV, suprime os Jesuítas em 1773. Será o jesuíta Papa Francisco a suprimir, ou pior ainda, a “reformatar”, um Instituto franciscano em 2013? Os Franciscanos da Imaculada, não têm o passado de glória dos Jesuítas, mas o seu caso apresenta alguma analogia com aquele da Companhia de Santo Inácio e representa, sobretudo, uma sintomática expressão da profunda crise que se abate sobre a Igreja católica:

Fundados pelo padre Stefano Maria Manelli em 1970, os Franciscanos da Imaculada levam uma vida evangélica e penitente e, se distinguem, desde a origem, por seu apego à moral e à fé tradicional. O Motu proprio com o qual Bento XVI restituiu plena cidadania ao Rito romano antigo representa para eles a possibilidade de viver, ainda sob o plano litúrgico, este amor à Tradição. Padre Manelli jamais impôs o *Vetus Ordo*, mas o sugeriu aos seus Frades, cujas ordenações sacerdotais nos últimos anos estão baseadas no eminente princípio da Igreja na linha da “reforma na continuidade” de Bento XVI.

Da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e para as Sociedades de Vida Apostólica (CIVCSVA), hoje presidida pelo cardeal João Braz de Aviz, dependem as congregações masculinas e femininas que tem abandonado, total ou parcialmente o hábito religioso e que vivem no relaxamento moral e no relativismo doutrinal sem nenhuma reclamação da autoridade competente. Os Franciscanos da Imaculada representam uma pedra de contradição, o que explica o desejo da CIVCSVA de “normalizá-los”, ou seja, de realinhar sua vida religiosa segundo o *standard* vigente. A presença de um pequeno núcleo de Frades “dissidentes” ofereceu à Congregação a ocasião de intervir com o envio de um Visitador, Mons. Vito Angelo Todisco, em 5 de julho de 2012. Sobre a única base de um capcioso questionário enviado aos Frades por Mons. Todisco, sem os encontrar pessoalmente, a CIVCSVA dispôs em 11 de julho de 2013, o comissariamento do Instituto, com um Decreto que contém uma interdição, absolutamente ilegítima, de celebrar a Missa tradicional.

Nos próximos dias e semanas, conheceremos melhor o plano do Comissário, Fidenzio Volpi, de quem se pode já intuir as linhas de ação: isolar o Fundador, Padre Manelli; decapitar o Conselho fiel a ele; transferir nas periferias os Frades “tradicionalistas” e atribuir o governo central do Instituto aos dissidentes; confiar as casas de formação aos Padres não suspeitos de simpatias “tradicionalistas”; esterilizar as publicações dos Franciscanos que enfrentam temas “controversos”; em particular, evitar os “excessos” mariológicos, a excessiva rigidez no campo moral, e sobretudo toda crítica, por mais respeitosa que seja, ao Concílio Vaticano II; abrir o Instituto ao “diálogo ecumênico” com as outras religiões; limitar a celebração do *Vetus Ordo* a situações excepcionais; em resumo, alterar a identidade dos Franciscanos da Imaculada, que é coisa pior que suprimi-los.

Se esta deve ser a “reforma”, é de se esperar uma separação entre estas duas almas que

atualmente convivem no interior dos Franciscanos da Imaculada: de uma parte os Frades que interpretam o Concílio Vaticano II à luz da Tradição da Igreja e que neste espírito tem descoberto o rito Romano antigo, em toda a sua verdade e beleza; e de outra parte, aqueles que reinterpretem o carisma de seu Instituto à luz do progressismo pós-conciliar. A coisa pior é a confusão e a crise de identidade. E hoje, a garantia da identidade dos Franciscanos da Imaculada não pode ser senão o fundador, padre Stefano Maria Manelli, sobre o qual pesa a responsabilidade da última decisão. O único que poderá repetir, como já foi dito na história: *Sint ut sunt aut non sint.* (**Roberto de Mattei**)